



09ª REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA AESGA – 2024
EXTRAORDINÁRIA – 25/04/2024 ÀS 09h30min – Remota

RESUMO DAS DELIBERAÇÕES

Nº	PONTOS DELIBERADOS	DECISÕES
01	Regulamento e Plano de Trabalho do PAMS – Apresentação do novo plano de Trabalho do PAMS para análise e deliberação.	DEFERIDO.
02	Declaração do Servidor Rafael Sampaio - Pleiteado deferimento de licença prêmio para trato de assuntos particulares	DEFERIDO.
03	Requerimento do Servidor Paulo Ferreira - Pleiteando licença prêmio de 30 dias à partir de 30-04-2024, para trato de assuntos particulares, com permuta concedida com a Servidora Rosilane Regis , e da autorização da chefia Imediata do seu departamento.	DEFERIDO.
04	Núcleo de práticas acadêmicas dos Cursos - Plantão Professor orientador 25h/aula e Plantão PAMS 25h – Em razão da exigência de habilitação profissional	DEFERIDO.
05	Requerimento de Licença prêmio Prof.ª Anna Cecília Sobral Bezerra – Confirmação de interesse para o Semestre 2024.2	DEFERIDO.
06	Requerimento de Licença prêmio Prof. Fábio Guilherme - Confirmação de interesse para o Semestre 2024.2	DEFERIDO.
07	Estudo do impacto do reajuste dos Servidores Serviços Gerais – Solicitado em reunião anterior	INDEFERIDO pela maioria dos Conselheiros. A IES ainda não possui estabilidade financeira para arcar com o valor para reajuste de todos os servidores, no momento, e não é possível dar o reajuste para apenas uma categoria, visando a isonomia. Registrando que a Cons. Rosilane Regis absteve-se de proferir voto.



08	Retorno das Gratificações aos Servidores AESGA-	DEFERIDO por unanimidade - Começando o retorno das gratificações a 100% a partir da Folha de pagamento do mês de junho 2024 . Sem ter direito a retroativos, como já deliberado anteriormente.
09	Resposta ao Ofício nº 100/2024 OAB - Cedência do auditório cessão gratuita, com contrapartida oferecida um desconto de 40% aos discentes AESGA e 25 inscrições gratuitas.	INDEFERIDO. Após análise jurídica e encaminhado para deliberação dos Conselheiros, foi verificado que na Resolução nº 002/2022 não consta previsão para proposta de contrapartida, sendo votado pela impossibilidade de cessão gratuita, como solicitado.

